

# País sem futuro

JOÃO ALMINO

FOLHA DE SAO PAULO  
ANC P. 3

25 MAR 1960

**S**e houvesse um humor nacional, creio que hoje no Brasil ele refletiria a descrença, o desânimo e o pessimismo.

Isso até certo ponto se deve a que "o futuro" acabou. Foi ele que conseguiu, durante anos, mobilizar paixões e manter acesa a esperança. Perdeu-se o sonho e não se adquiriu, em troca, o presente sonhado.

Não poderia atenuar a frustração sequer a descoberta do óbvio: a de que um país não muda do preto para o branco da noite para o dia.

O mais grave, quanto às expectativas, talvez seja a falta de um outro futuro que substitua de imediato aquele que se acaba. Já não há mais grandes projetos salvadores. Nenhum modelo da boa sociedade se sustenta na cena política.

Restam as eleições. Mas como os projetos ideológicos e os programas já não conseguem mobilizar a opinião pública, hasteiam-se sobretudo bandeiras caras à classe média que podem ser desfraldadas indiferentemente por qualquer candidato: o combate à corrupção e à ingovernabilidade do país.

Sobre o quadro de frustrações ou expectativas, os problemas se apresentam como quase insuperáveis. Agravados pela descrença do empresariado na economia, pela inflação, pelo fardo da dívida externa, eles podem se resumir num só: a miséria de nosso povo.

Em parte, a consciência que se tem hoje da gravidade da situação social do país se deve ao fato de que, em comparação com o tempo da ditadura, atualmente há mais transparência, existe um melhor conhecimento dos problemas, que também são mais livremente veiculados pela própria população, por associações locais, por grupos interessados e pelos meios de comunicação. Isto, contudo, não é um consolo, pois, na linha do que dizia Maquiavel, o povo prefere a mentira e a ilusão, quando estas preservam eficazmente a aparência das instituições.

Quaisquer que sejam os rumos e a gravidade do presente, estamos, porém, confrontados com um fato: com o término dos trabalhos da Constituinte e a realização de eleições presidenciais neste ou no próximo ano, estará encerrada uma fase da história brasileira iniciada em 1974, quando as elites, confrontadas com a crise econômica e o descontentamento político generalizado, foram levadas a encaminhar a chamada abertura política. Terminará, portanto, aquilo que se convencionou chamar de "transição".

Mas teremos transitado de onde para onde? O que mudou?

Uns dizem que nada ou muito pouco, sobretudo porque as forças sociais não se modificaram. Novas elites, novos coronéis, em alguns casos exatamente os mesmos, continuariam sendo os donos do poder. Os militares, essencialmente os mesmos da época do autoritarismo, estariam continuando a ditar as regras. A Nova República não teria rompido com o regime militar e seria sua mera continuação. Os próprios militares chegam a dar argumentos para esta tese. No episódio de fevereiro deste ano, em que o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, criticou os ministros militares que outorgaram a Constituição de 1969, ficou patente a unidade militar acima de qualquer ruptura com o velho regime: os ministros militares em geral consideraram que os dirigentes militares de então, expressão máxima do período áureo da repressão política, prestaram relevantes serviços ao país.

Não sou dos que acreditam no progresso linear, que caminhamos sempre na direção do melhor, sobretudo quando consideramos um período relativamente curto da história, de trinta, cinquenta ou mesmo de cem anos. Ao julgar o curso da história do Brasil recente, reconheço inclusive que houve deteriorações significativas — aumento da miséria e das desigualdades e destruição do meio ambiente — e que vivemos sob o risco de substituímos o tecnocratismo autoritário pela politicagem.

É necessário, contudo, também reconhecer outra evidência: a de que, com bom ou mau governo, estando ou não agravado o quadro econômico e social, temos hoje, mais do que há alguns anos, a possibilidade de interferir na ação governamental, de exprimir opiniões e críticas, de denunciar falhas. A relação sociedade/Estado modificou-se, tendo havido uma qualitativa mudança política.

Seria um erro de alto risco desprezar conquistas — algumas das quais vêm se assegurando progressivamente — que agora são consolidadas pela nova Constituição: a liberdade de organização partidária, o fim da censura política, o mandato de segurança coletivo, o habeas data, um direito de greve ampliado ou a autonomia sindical.

Duas conclusões podem comprometer nosso julgamento da Constituição, após aprovada. Uma, a de que ela deixou de corresponder a muitas aspirações, dos mais distintos setores sociais e ficou aquém da vontade social como um todo, estendendo-se esta como algo uniforme

identificado com o próprio desejo. Outra, numa visão totalizadora e retrospectiva, ao fazermos um balanço do que fomos capazes de pensar e propor e dos avanços políticos, culturais, econômicos e morais de nossa sociedade, a de que nada mais se consegue do que aquilo que é possível em nosso tempo; a de que estamos limitados pela realidade ou pelas condições sociais, políticas, econômicas etc.

Uma e outra dessas conclusões, embora verdadeiras, podem nos paralisar. A primeira, ao mostrar que somos definitivamente perdedores. A segunda, quando levada a extremo, por implicar que nossas propostas são inúteis, pois se inserem num tabuleiro cujo desenho está previamente traçado.

No fervor dos acontecimentos, contudo, devemos levar em conta que a realidade é mutável, que existe um jogo de possibilidades e que nossa ação individual pesa sobre os resultados. Nesse momento, o todo depende ainda de nossa participação criadora, se não queremos apenas nos limitar a um papel passivo.

Muitas das propostas e sugestões voltadas para o trabalho de feitura da Constituição podem manter-se vivas independentemente do resultado final da Constituição, por estarem preocupadas com os grandes rumos políticos de nosso país.

Defendo que esses rumos não sejam traçados pelo liberalismo, se por ele entendermos a crença, entre outras, em que os problemas sociais e as desigualdades desaparecerão com o equilíbrio surgido do mercado dito livre. Esta crença é ilusória, pois tal mercado livre gera concentrações e consequentemente desigualdade e desequilíbrio. Seria quase impossível atingir objetivos sociais através de agentes privados que não podem visar senão seus próprios interesses. Sem intervenção eficaz do Estado, o próprio mercado pode ser controlado por uma minoria de privilegiados. Tampouco me atrai o projeto socialista, se por socialismo entendermos a opção pelo estatismo e pela dominação burocrática.

Sem copiar modelos, mas assimilando sem preconceitos as experiências alheias, partindo das experiências socialistas e liberal-democráticas, não se trata de buscar uma terceira via, eclética, entre socialismo e capitalismo, entre a opção pelo seletivo-estatal e pelo indivíduo, de tentar conciliar o inconciliável juntando o que há de melhor em cada sistema político.

Não se trata sequer de buscar a originalidade pela originalidade, de

querer ser específico, de criar o próprio modelo brasileiro, mas de ser universal e aberto, mesmo sabendo que o resultado não pode ser senão brasileiro.

O difícil, mas fundamental, e necessário, é encontrar uma resposta coerente para o grande desafio da democracia de permitir o autogoverno livre e igualitário. A principal barreira que temos que vencer no plano político é ainda a de construir coerente e profundamente a democracia, combatendo o segredo, democratizando a propriedade e socializando o mercado.

É mais fácil dizer do que fazer e sobretudo não há fórmulas prontas, a serem aplicadas acriticamente de cima para baixo.

Mas isso longe de invalidar o esforço de reflexão sobre o assunto, torna esta mais necessária. As palavras que encontram eco em nossas vontades são como faróis ajudando a encontrar a direção das mudanças.

O julgamento que devemos fazer da nova Constituição se inscreve nessa perspectiva ampla.

O Centrão, como bloco interpartidário conservador, tem imprimido o tom dos resultados da Constituinte. Muitas disputas giram em torno, não de projetos para a nação e a sociedade, mas de interesses estreitos e conjunturais, como revela a votação sobre o sistema do governo. Apesar disso e do detalhismo do texto para contemplar interesses corporativos, creio que o articulado a que se está chegando é suficientemente flexível para permitir a tendência à democratização da economia e ao reforço das iniciativas populares e da participação política da sociedade nas decisões governamentais.

O atual processo de democratização trouxe uma mudança de mentalidade, realçando o papel dos movimentos da cidadania e possibilitando, assim, uma vigilância mais eficaz da sociedade sobre os governantes, sobre suas decisões e também sobre o uso dos recursos públicos. E creio que as novas regras constitucionais não cercarão esse processo. Ao contrário, tenderão a facilitar o exercício dos direitos do cidadão.

Com a promulgação da nova carta constitucional, o que importa é, por conseguinte, apoiá-la e empenhar-se por que a própria sociedade molde pouco a pouco o país, dentro das novas regras.

JOÃO ALMINO, 37, escritor e diplomata, é autor dos livros "Os Democratas Autoritários", "A Idade do Presente", "O Segredo e a Informação" e do romance "Idéias para Onde Passar o Fim do Mundo".